



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ARENA POLÍTICA NA (RE)ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE: EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DO RN

Caroline Stéphanie Campos Arimateia Magalhães (1); Ricardo Rodrigues Magalhães (2);
Dante Henrique Moura (3)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. E-mail: caroline.magalhaes@ifrn.edu.br; (2) Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. E-mail: ricardo.magalhaes@mte.gov.br; (3) Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. E-mail: dante.moura@ifrn.edu.br

Resumo: A propagação da Gestão Democrática – GD, importada da iniciativa privada, se intensificou nos anos 2000 como forma de efetivação da educação como direito social, garantindo o acesso e permanência dos estudantes a um ensino de qualidade, sendo possível, pela prática política, a participação e formação cidadã. Para estruturação da GD na escola, a Lei de Diretrizes e Bases, prevê a participação política de todos os profissionais de educação e da comunidade a partir de conselhos. O conselho de classe é um espaço político de referência, para avaliação e reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem. Dessa feita, o objetivo deste artigo foi discutir a arena política evidenciada no processo de reestruturação do Conselho de Classe – CL em uma Escola da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. Os resultados mostram: a dificuldade em superar os moldes do tradicional CL burocrático, autoritário, excludente e legitimador do fracasso escolar; os conflitos gerados entre técnicos e docentes na arena política escolar; e o quão a escola reproduz a lógica do Estado capitalista que é ideológico-repressiva, restringindo os estudantes à uma participação política parcial e limitada, que impede a formação dos estudantes para o exercício pleno da cidadania enquanto brasileiro.

Palavras-chave: Conselho de classe; arena política; profissionais da educação.

INTRODUÇÃO

Respalhada no discurso ideológico da democratização do ensino, e visando modificar a administração pública e a estrutura do governo central para dar maior governabilidade ao Estado na década de 1990, foram desenvolvidas reformas políticas, de gerencialismo público e ajuste fiscal, com o fim de aumentar a produtividade e promover resultados mais eficazes e eficientes, importadas do modelo de gestão privado. (CASTRO, 2007).



A partir da influência do modelo gerencial, as reformas educacionais, de cunho neoliberal, para superação da crise do fracasso escolar e defasagem idade/série, introduziram na escola novos formatos de gestão, de estímulo à descentralização e à competitividade, buscando o aumento da produtividade. (CABRAL NETO; CASTRO, 2011); (MOURA, 2013), e maior envolvimento da sociedade nas decisões. Cresceu, portanto, o foco na meritocracia, com gratificação por estímulo à docência; as avaliações com indicadores que geram competição entre escolas e profissionais da educação.

A gestão democrática evidenciou os espaços políticos do contexto educacional, com o fortalecimento dos conselhos de educação¹, que visam garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola. No âmbito escolar, os conselhos de classe e o escolar, por exemplo, visam, respectivamente; acompanhar o rendimento escolar do estudante, e discutir e avaliar a evolução de um estabelecimento como um todo e expressar a participação da comunidade. Os conselhos, portanto, são um dos vários mecanismos que possibilitam a gestão democrática na instituição escolar. (CURY, 2006).

A gestão democrática está prevista na Lei de diretrizes e bases – LDB nº 9.394/1996 em seu artigo 14: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades” (BRASIL, 1996). Devendo seguir os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Em uma gestão, com pelo menos o gérmen da democracia, o conselho de classe é constituído pela comunidade escolar, desempenhando o papel de avaliar os estudantes e a própria práxis educativa dos seus atores, com o objetivo de diagnosticar dificuldades e apontar as mudanças necessárias para melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

Conforme dito anteriormente, a definição das normas da Gestão Democrática, na LDB nº 9.394/1996 deve ser feita com a participação dos profissionais da educação. Importante ressaltar que o Artigo 61 da mesma Lei, descreve quem são os profissionais da educação:

¹ Existentes no Brasil desde 1931 no Governo do Presidente Getúlio Vargas, com a criação do Conselho Nacional de Educação, voltado para o ensino superior.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

I – **professores** habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de **pedagogia**, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de **diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim**. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) (BRASIL, 1996 – grifo nosso).

Nesse trecho da LDB, alterado pela Lei nº 12.014/2009, o termo “profissionais da educação” se apresenta de forma falseada, legitimando a impressão de contemplar todos os profissionais da educação. Não obstante, o que se observa é um reconhecimento limitado de que os profissionais da educação, além dos professores, são apenas os portadores de diploma, técnico ou superior, em curso na área de pedagogia ou afim.

Nesse cenário da propalada democracia escolar, de políticas públicas educacionais pautadas na gestão privada no ambiente público, semelhante às empresas, de espaços políticos de atuação restritiva, repercute significativamente na divisão do trabalho educativo, através do parcelamento das tarefas, com a centralidade no ensino e atividades periféricas a este; apropriação da força de trabalho dos profissionais da educação; reprodução da ideologia neoliberal alienante, desarticuladora da classe dos trabalhadores, que garante a manutenção do privilégio de poucos em detrimento ao trabalho de muitos. (PARO, 2010). É nesse cenário da falácia da gestão democrática, que se discute os interesses antagônicos do ambiente escolar e o papel do Estado no uso da escola como aparelho ideológico e mantenedor da lógica capitalista, transformando as arenas políticas escolares em espaços conflituosos e de fragmentação entre as categorias de docentes e técnicos-administrativos.

O objetivo deste artigo, portanto, é discutir a arena política evidenciada no processo de reestruturação do Conselho de Classe em uma Escola da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Essa pesquisa é qualitativa pois estuda as relações e representações que são “produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2010, p. 57). Interessou observar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, dos profissionais da educação compreendidos nessa pesquisa, como técnicos e docentes.

Como respaldo teórico buscou-se autores e pesquisadores acerca das temáticas: trabalho, educação, políticas públicas e gestão democrática; Estado, arena política e as relações de classe. A pesquisa teve como lastro o materialismo-histórico-dialético, por ser capaz de entender a “realidade material e social como síntese das múltiplas determinações históricas, produzidas pelos próprios homens na luta pela produção de sua existência, sendo, portanto, modificável por eles próprios” (RAMOS, 2011, P. 48)

O campo empírico em questão foi uma Escola da rede estadual de educação do Rio Grande do Norte, que oferta ensino fundamental I e II e EJA para cerca de 500 estudantes nos turnos matutino e vespertino. No ano letivo de 2015, a escola passou pelo processo eleitoral para escolha de representantes de turma. Pautado no Código Eleitoral Brasileiro o processo previa sanções para ocorrência de compra e venda de votos e “boca de urna”; 2º turno para o caso de empate entre os candidatos; apresentação de propostas de campanha; e debate entre os candidatos. O documento que legitimou e definiu todo o processo na escola, foi o Edital 003/2015 específico para tal fim.

O trabalho desenvolvido por um técnico-administrativo, no período de maio a agosto de 2015, no processo de escolha dos representantes de turma, foi estruturado em etapas: 1) sensibilização de todos os estudantes para compreensão da importância da participação política e as possibilidades de atuação do representante de turma no contexto intra e extra escolar, com discussão sobre o cenário político brasileiro; 2) candidaturas e apresentação de propostas eleitorais, com palestra de servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte e espaço para debates entre os candidatos; 3) orientação aos candidatos ao cargo de representante, através de oficinas sobre o papel e atribuições dos representantes na escola; 4) Processo eleitoral, propriamente dito, com estrutura de cabinas eleitorais, urnas, fiscais e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mesários, contagem dos votos e divulgação do boletim de urna com o número de votos e votantes; 5) Solenidade de posse dos representantes de turma eleitos, mediante assinatura do termo e momento cívico com execução do Hino Nacional Brasileiro e hasteamento da Bandeira; 6) Oficina de orientação aos estudantes eleitos, sobre o comportamento do representante (postura, falar em público e condução das prévias do conselho de classe realizadas bimestralmente).

A reunião prévia do conselho de classe, de cada turma com seus respectivos representantes, teve como objetivo promover um espaço de diálogo e registro dos aspectos que facilitam ou dificultam o aprendizado dos estudantes em cada disciplina, pontuando sugestões e fazendo análise crítica do próprio comportamento da turma. Esse momento foi conduzido pelo representante, sob a supervisão do técnico-administrativo responsável.

Após análise e junção dos registros de todas as turmas, prosseguiu-se com a etapa de devolução aos docentes implicados no processo. Essa devolutiva foi feita pelo técnico, individualmente à cada docente, apresentando os comentários de forma genérica para preservar a identidade das turmas, acrescida de comentários e sugestões de melhorias.

A devolutiva individual dos resultados da prévia do conselho de classe foi iniciada, entretanto, alguns docentes negaram-se a receber a devolutiva e rejeitaram o propósito de serem avaliados pelos estudantes, num processo conduzido por técnico-administrativo. Em reunião pedagógica, esses docentes estimularam os demais colegas a impedir a continuidade do processo, sob o pretexto de evitarem exposição dos docentes aos alunos, e ainda, alegando que os alunos não teriam maturidade para fazer tal análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário apresentado suscitou análise crítica da arena política no interior da escola; a relação entre técnicos e docentes; e a participação destes nos espaços políticos formais disponibilizados no contexto da sua prática educativa, dentro ou fora de sala de aula.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No contexto escolar a arena política se caracteriza pelos conflitos gerados como resultantes das políticas públicas, tais como: a escassez de recursos; a diversidade ideológica dos atores escolares; a conflitualidade de interesses; as diferenças de personalidade; entre outros aspectos de ordem objetiva e subjetiva (COSTA, 1996, p. 45-46), bem como, as tensões provocadas pela divulgação dos *rankings*² escolares, promovidos pelos sistemas de avaliação do ensino brasileiro, que publicizam médias comparativas, suscitando competitividade, característica do modelo de administração pública gerencial. (RESENDE; DIONÍSIO, 2005, p. 670). Esse espaço é naturalmente composto por conflitos de interesses, na consequente luta pelo poder; processos de negociação; influências diversas; posicionamentos hierárquicos diferenciados (PARO, 2003) e categorias distintas, que na pesquisa em tela, são os docentes e os técnicos-administrativos.

A escola, no entanto, se conduz na busca constante por consensos entre seus entes, quando na verdade as organizações se caracterizam pela ausência de consenso. Segundo Ball (1994), a escola possui uma estrutura própria, determinada em parte pelas determinações externas, por exemplo, das políticas de Estado e de Governo³, e em parte como produto interno das relações estabelecidas nesse espaço. Assim, seus membros possuem experiências, aprendizagens, socialização de culturas e preferências políticas que norteiam sua prática, configurando aspirações e metas distintas. (BALL, 1994)

As metas distintas dos interesses antagônicos sombreiam o fato de haver, pois, conteúdo ideológico impregnado nas concepções, políticas e práxis que permeiam e determinam, por exemplo, a atuação em sala de aula e fora dela; a classificação dos estudantes e as relações interpessoais e de poder estabelecidas entre todos os atores escolares. Esses fundamentos ideológicos, delineiam o curso normal dos atos, e as diferenças se ocultam ou surgem na confusão das atividades e nas interações cotidianas. (BALL, 1994)

Em tempos de crises ou de mudanças, ou em momentos de reflexão, as discrepâncias sobre essas práticas podem se revelar, em virtude de diferentes crenças, aspectos cognitivos e

² Esses rankings oriundos dos resultados de avaliações do ensino brasileiro. Exemplo: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. (RESENDE; DIONÍSIO, 2005, p. 670).

³ Políticas de Estado: ações intencionais, que possuem objetivos e diretrizes de caráter permanente. Estruturadas sob força da Lei, podendo ser revogada parcialmente. Exemplos: Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases. Políticas de Governo: ações intencionais que visam atender uma demanda específica, de caráter mais transitório, com ações pontuais. (DOURADO, 2007).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

valorativos, no contexto da micropolítica escolar trazendo ao debate o papel da escola, dos seus atores e das funções da educação no contexto social mais amplo. (BALL, 1994).

De maneira análoga à concepção de Poulantzas (2000), com relação ao Estado *de* crise ou Estado *em* crise, onde explica que o capitalismo vive ciclicamente numa crise permanente, forjando seu “apodrecimento” e repaginando-se com novas formas políticas capitalistas; pode-se perceber que a educação sobremaneira vivencia permanentemente uma crise plena, manifestada no contexto escolar, sobretudo, por coexistir juntamente com as discussões e análises da conjuntura política, que permitem a análise crítica da materialização das crises intencionais do Estado capitalista.

Considerando que a escola é um aparelho ideológico do Estado, e, portanto, um reflexo da sua forma de organização, a escola vive em situação de crise e em crise. A escola estadual pesquisada e foco dessa discussão, está em crise momentânea, instaurada pela reflexão sobre o processo de reestruturação do conselho de classe, sob dois vieses: primeiro, por promover mudança na formatação do conselho de classe existente, abalando a zona de conforto dos docentes, que preferiam a manutenção do que já se fazia há anos; segundo, pelo fato de ter sido proposto por um técnico-administrativo

Com relação ao primeiro viés. O conselho de classe existente possuía a seguinte estruturação: um encontro de docentes ao final do ano, para apenas avaliar os estudantes, e não a interação pedagógica e a prática docente desenvolvida; um verdadeiro referendo para validar quem passa ou não passa de ano; e constituindo-se em um espaço onde os docentes, desejosos de emitirem sua opinião sobre o “diagnóstico” que fizeram do “problema” de cada aluno, responsabilizavam os sujeitos pelo seu fracasso, associando a problemas de personalidade, de comportamento e outras questões fora do contexto escolar. Segundo Mattos (2005), nesse formato, o conselho de classe é um verdadeiro “diálogos de surdos” onde ninguém escuta a própria voz; na escuridão da cegueira que não permite enxergar sua própria prática e engessados num espaço que impede a busca por novas alternativas e soluções dentro do ambiente escolar.

O Conselho de classe, embora respaldado pela LDB conforme dito anteriormente, não possui descrição de como deve ser estruturado, para ser considerado uma ferramenta de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

gestão democrática. No entanto, considerando que o fundamento da Gestão Democrática é a busca pela efetivação da educação como direito social, garantindo o acesso e permanência dos estudantes a um ensino de qualidade, sendo possível, pela prática política, a participação e formação cidadã (CABRAL NETO; CASTRO, 2011), pressupõe que o conselho deve ser uma instância colegiada de construção e participação coletiva, um espaço democrático das múltiplas relações que ocorrem no contexto escolar.

A dinâmica do Conselho de Classe parte do pressuposto de que a Escola é um ambiente de convivência, onde os diversos grupos partilham diferentes e complexas relações sociais. Assim, as discussões se tornam significativas mediante a participação consciente desses atores (gestão, pais, estudantes, docentes e demais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem). Importante pensar que os conselhos criam estratégias de alargamento da participação, autonomia e representatividade, possibilidade de consolidar a democracia. (CABRAL NETO; CASTRO, 2011)

Retomando o segundo viés do motivo da crise na escola em estudo, que é o fato da proposta de reestruturação do formato do Conselho de Classe ter sido feita por um técnico-administrativo. Essa crise, de fato ou velada, pela qual a educação e a escola convivem, portanto, dificulta a atuação plena dos demais profissionais de educação, que não docentes, na formação de estudantes conscientes, politizados e críticos; na medida em que manipula e torna o trabalho do técnico periférico ao ensino, marginalizando-o e gerando conflitos entre as categorias destes com a dos docentes, fazendo com que a educação pereça *na* crise ou *em* crises de sua função social.

Um conjunto complexo de fatores relacionados entre si, inerentes a micropolítica escolar, desde as decisões do diretor às tarefas, habilidades e atitudes requeridas e na avaliação do rendimento das pessoas dedicadas a educar, forma o conteúdo da ideologia que direciona as ações e as formas de pensar e agir no ambiente escolar. O autor Paro (2003), afirma que os conflitos existem naturalmente, por haver essa diversidade ideológica, que segundo Ball (1994) traz consigo a possibilidade, sempre presente, de que surjam conflitos, que estão relacionados com a sociedade de classes. Os conflitos fazem surgir crenças e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

adesões pessoais que vão além da opinião especializada e dos interesses individuais ou grupais.

As políticas públicas e os interesses antagônicos que fazem parte da arena política do espaço escolar, pautado no modelo econômico capitalista, sob a lógica neoliberal, segundo Kuenzer (2011), alimentam as condições de exploração do trabalho, pois na medida em que o capital se reestrutura, reproduz o operário alienado e alheio ao seu próprio trabalho, corrompendo assim as relações sociais. A divisão do trabalho no capitalismo repercute na distribuição do trabalho no interior da escola.

Há que se reconhecer dicotomias nas diferentes atribuições do trabalho do técnico e do docente, que contribuem para que os interesses, as reivindicações, as lutas sejam distintas, gerando arenas políticas, de modo que se cria uma hierarquização das funções, dos que devem se limitar a pensar ou limitar-se a agir. Segundo Gorz (1996), o capitalismo se serve dessa estratégia para controlar as diversas fases do processo, reduzindo a importância das decisões individuais. Trata-se de um mecanismo para envolver os trabalhadores num microcosmo que não lhe permita a visão de conjunto.

Considerando que o trabalho humaniza e organiza os grupos sociais, e que em processo de reflexão, os fatos e objetos da realidade, constroem valores que orientam a estrutura ético-normativa da vida em sociedade, é preciso que os trabalhadores da educação tenham clareza e coerência das suas ações, a fim de que não se restrinjam às divergências e dicotomias da relação entre técnicos e docentes, reconhecendo que não se pode concluir que as funções são melhores ou piores que outras, nem tampouco que se tratam de problemas de ordem apenas organizacional, mas que sejam capazes de perceber essa lógica e se conduzir num caminho de transformações.

Para os técnicos, em especial, de acordo com Gorz (1996), é preciso compreender e contestar seu próprio papel, pautado em conteúdos concretos de um modelo de atuação bem fundamentado, que se julga adequado e pertinente. É preciso “[...] avaliar as operações decorrentes de seu próprio papel [...]” (GORZ, 1996, p. 190), não através da recusa global da sua função, mas através da discussão, no terreno da prática, do modo de funcionamento da gestão e seus modelos, assim poder-se-á chegar ao resultado pretendido por meio de luta cujos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

conteúdos estejam definidos, e em que cada batalha, produza novos modelos culturais, novas formas de gestão e distribuição do trabalho no contexto escolar.

Na escola, que se propõe espaço crítico e reflexivo, esse movimento ganharia fôlego, com a participação de toda comunidade escolar, desde que esclarecida dos reais interesses do capital, sob o véu da divisão do trabalho e distribuição de tarefas entre técnicos e docentes, com isso se transformaria a “massa de manobra” em massa crítica.

Nesse interim, o conselho de classe é um espaço escolar, segundo Dalben (2004), "capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização. É o espaço prioritário da discussão pedagógica", é o momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

CONCLUSÃO

O formato do Conselho de Classe que vinha sendo desenvolvido na Escola pesquisada se detinha às questões dos alunos, suas notas e comportamentos, sem avaliar a própria prática educativa da escola. Essa lógica de funcionamento, corrobora com a falácia da Gestão Democrática, configurando-se como um “[...] depósito de orientações, métodos e técnicas do que um conjunto sistemático e ordenado de propostas que devem ser utilizadas de acordo com problemas específicos [...]”. (CABRAL NETO; CASTRO, 2011, p. 749). De tal modo que contribui para a perpetuação das diferenças sociais e manutenção da escola como aparelho ideológico do Estado.

Enfrentar essa lógica de uma sociedade capitalista de diferenças sociais, significa ir além da concepção do conselho de classe como uma forma de concessão de “chances” para os estudantes, atingindo a compreensão de um todo pedagógico, formado por profissionais de educação, que não somente o docente, que podem contribuir com a formação cidadã dos estudantes, desde que sejam partícipes dos espaços políticos do contexto escolar.

Reconhece-se o aspecto lacunar das políticas públicas educacionais brasileira e que o contexto extra escolar dos alunos interferem e parecem ultrapassar as possibilidades de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

atuação dos profissionais da educação, engessando-os na sua prática educativa. No entanto, ao invés da busca por culpados pelos fracassos, é preciso reconhecer as limitações pessoais e os equívocos na prática educativa dos profissionais. Diante disso, pondera-se a ocorrência de um erro crasso, na proposta de reestruturação do Conselho de Classe da escola em questão, o fato de não ter envolvido a comunidade escolar na construção do seu novo formato. Talvez por ter-se dedicado à sensibilização dos estudantes para escolha dos representantes de turma descuidando-se desse preparo de participação política com os demais profissionais da escola.

Não obstante, a rejeição dos docentes em aceitar o conselho de classe no formato proposto reproduz a lógica do Estado capitalista que é ideológico-repressiva, assegurando a contenção social que evita o empoderamento dos estudantes, restringindo-os à uma participação parcial e limitada, desmobilizando-os e mantendo-os passivos diante do cenário que poderiam atuar e formar-se para o exercício pleno da cidadania enquanto brasileiro.

Os profissionais da educação devem buscar a superação dessa estrutura de conselho de classe autoritária, burocrática e excludente, que serve mais para legitimar o fracasso escolar do que para reorganizar o trabalho educativo que se concretiza nas relações sociais escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996

BALL, Stephen J. La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar. Temas de educación. Paidós. M.E.C. 1994

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Gestão escolar em instituições de ensino médio**: entre a gestão democrática e a gerencial. Campinas: SP: v. 32, n. 116, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a08v32n116.pdf>. Acesso em 05/01/2015.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulamentação da gestão escolar. *In: Pontos e Contrapontos da Política Educacional*: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. CABRAL NETO, Antônio (Org.). Brasília: Líber Livro Editora, 2007. 115-144 p.

COSTA, Jorge Adelino. **Imagens Organizacionais da Escola**. Porto: ASA, 1996.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. *In:* FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DALBEN, Ângela I. de Freitas. **Conselho de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KUENZER, Acácia. **Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo, Cortez, 2011

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **O conselho de classe e a construção do fracasso escolar**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, maio/ago. 2005. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MOURA, Dante Henrique (Org). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas, São Paulo. Mercado de Letras, 2013.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Administração escolar: introdução crítica**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação**. São Paulo: Cortez, 2001.

RESENDE, José Manuel; DIONÍSIO, Bruno Miguel. **Escola pública como arena política: contexto e ambivalências da socialização política escolar**. Análise Social, vol. XL (176), 2005, 661-680.